

A INTELIGIBILIDADE DOS CONCEITOS HISTÓRICOS NOS LIVROS DIDÁTICOS: UM PRÉ-REQUISITO PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO E PARA FORMAÇÃO CIDADÃ

ALESSANDRA MICHELLE ALVARES ANDRADE²³

UFRN

Alessandra-michelle@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo discutir a formação cidadã a partir da construção do Conhecimento Histórico que se faz possível através da inteligibilidade dos conceitos históricos trazidos nos livros didáticos. Nesse contexto, discutiremos as contribuições e dificuldades de se trabalhar com o livro didático na atualidade, tendo em vista que da forma que se apresentam, de forma resumida e sem muitas explicações, dificulta o entendimento e provoca o desinteresse por parte do aluno, comprometendo a construção do Conhecimento Histórico, muito embora ainda seja um dos recursos didáticos mais utilizados no processo ensino-aprendizagem. Assim, acreditamos que atuação crítico-cidadão só se fará possível a partir de uma educação de qualidade, a qual perpassa por investimento em qualificação profissional e novas abordagens didático-pedagógicas.

Palavras-chave: Ensino de História; Livro didático; Conceitos Históricos; Tecnologia; Formação cidadã.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho se propõe a discutir a formação cidadã que se processa por meio da Construção do Conhecimento Histórico, desenvolvido a partir da inteligibilidade dos conceitos históricos contidos nos livros didáticos e da busca por uma educação de qualidade. Embora, o livro didático ainda seja um dos recursos pedagógicos mais utilizados no processo educacional na maioria das escolas públicas brasileiras, este material de maneira isolada, em algumas ocasiões, não tem sido suficiente para atender aos objetivos do Ensino de História. Acreditamos que uma educação de qualidade que contemple a formação cidadã, só se fará possível através do investimento em qualificação profissional, políticas públicas e recursos didático-pedagógicos diferenciados, tendo como destaque os tecnológicos, os quais oportunizam a maior participação em sociedade através do universo digital.

²³ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Nosso objetivo principal é pensar a escola e o Ensino de História como meios de contribuição para a formação de um aluno crítico e socialmente atuante através do trabalho com conceitos históricos contidos nos livros didáticos e com a introdução de recursos educacionais midiáticos que possam contribuir para tornar o ensino de História significativo e dinâmico no processo de construção do Conhecimento Histórico em sala de aula e fora dela.

Segundo o Portal Brasil²⁴, quem não possui acesso à educação é incapaz de exigir e exercer direitos políticos, sociais, civis e econômicos, dificultando assim sua inclusão na sociedade moderna. Assim sendo, a educação não é apenas um direito inalienável de todos os cidadãos, mas também uma condição para o exercício pleno dos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais²⁵ (DCN), há uma emergência na atualização de políticas públicas educacionais que substanciem o acesso de todo brasileiro à formação cidadã.

Pautada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação²⁶ (LDB) e demais dispositivos legais, a Educação Básica propõe-se a estimular no educando a reflexão crítica, propositiva e orientar na formação inicial e continuada para que possam atuar como protagonista de sua vida em sociedade. Desta forma, a educação apresenta-se como um processo de socialização da cultura e da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam saberes, conhecimentos e valores.

Com vistas a alcançar esta qualidade educacional, é proposta do Conselho Nacional de Educação²⁷ (CNE) o estabelecimento de uma Base Nacional Comum Curricular, ainda em discussão no cenário nacional, que terá como um dos objetivos nortear as avaliações e a elaboração de livros didáticos e de outros documentos pedagógicos, assim como a organização curricular. Esta supõe uma forma de trabalho na escola, que consistirá na

²⁴Fonte: Portal Brasil. Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/acesso-a-educacao>>. Acesso em 28 set. 2017.

³As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Elas são concebidas, discutidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). As diretrizes buscam promover a equidade de aprendizagem, garantindo que conteúdos básicos sejam ensinados para todos os alunos, sem deixar de levar em consideração os diversos contextos nos quais eles estão inseridos.

²⁶ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, LDB (Lei 9394/96) é a lei que regulamenta o sistema educacional brasileiro, reafirmando o direito à educação, garantido pela Constituição Federal. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à Educação escolar pública, definindo suas responsabilidades, em regime de colaboração, entre União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

²⁷ O Conselho Nacional de Educação (CNE) é um órgão independente associado ao Ministério da Educação e tem como missão, aprimorar e consolidar a Educação nacional de qualidade assegurando a participação da sociedade. O Conselho foi constituído na Lei 9.131 de 1995. O CNE auxilia o ministério da Educação, formulando e avaliando a política nacional da área, zelando pela qualidade do ensino e pelo cumprimento da legislação educacional. O órgão emite ainda pareceres e resoluções e decide privativamente e autonomamente sobre assuntos que lhe são pertinentes.

seleção de conteúdos e atividades de aprendizagem, de métodos, procedimentos, técnicas e recursos didático-pedagógicos que visam o desenvolvimento de conhecimento, habilidade, valores e práticas, de forma que as experiências escolares estejam articuladas com as vivências e saberes dos alunos, com os conhecimentos historicamente acumulados em sociedade para, a partir daí contribuir com a construção das identidades dos estudantes.

O LIVRO DIDÁTICO E A ESCOLA

Um desses recursos pedagógicos contemplados pela Base Nacional Curricular Comum²⁸ (BNCC), é o livro didático que, em alguns casos figura como o único material que o professor dispõe para a organização de suas aulas (CARIE, 2008 p. 6). É o mais utilizado instrumento de trabalho na tradição escolar entre professor e aluno, fazendo parte do cotidiano a, pelo menos, dois séculos (BITTENCOUR, 2009, p. 295). Feito para uso diário, sua distribuição é gratuita nas escolas públicas, assegurada pelo governo e regulamentada pelo Programa Nacional do Livro Didático²⁹ (PNLD).

A partir da segunda metade do século XX, ocorreu um significativo aumento nos estudos críticos a respeito do livro didático, de História e de seus conteúdos escolares, nos quais foram constatados preconceitos, visões estereotipadas de grupos e populações. Muitas vezes o livro era utilizado como um instrumento a serviço da ideologia e da perpetuação de um ensino tradicional (BITTENCOUR, 2009, p. 303). Em função de ser um suporte de conhecimentos escolares, o Estado interfere diretamente sobre sua produção, estabelecendo critérios de avaliação através do PNLD.

Visando a qualidade dos livros didáticos em relação ao agenciamento coletivo relacionado à cidadania, prevê parcerias com as universidades públicas e, dessa forma, garante uma avaliação acadêmica das coleções (VENERA, 2013, p. 123), as quais são organizadas em guias e disponibilizadas às escolas participantes pelo Fundo Nacional de

²⁸ A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) é um documento que visa sistematizar o que é ensinado nas escolas do Brasil inteiro, englobando todas as fases da educação básica, desde a Educação Infantil até o final do Ensino Médio. Trata-se de uma espécie de lista com objetivos de aprendizagem de cada uma das etapas de sua formação nas áreas de Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Longe de ser um currículo totalmente fixo. A Base Nacional é uma ferramenta que orienta a elaboração do currículo específico de cada escola, sem desconsiderar as particularidades metodológicas, sociais e regionais de cada uma.

²⁹ O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos da educação básica. O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e substitui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos devem ser conservados e devolvidos para a utilização por outros alunos por um período de três anos.

Desenvolvimento da Educação³⁰ (FNDE). Nas escolas, as coleções são avaliadas e selecionadas pelos professores que a utilizarão por um período de três anos.

O livro didático é um material escolar que pode ser analisado como um instrumento didático-pedagógico favorecedor da construção do conhecimento, pois apresenta recursos de aprendizagem tais como exercícios, questionários, leituras complementares e sugestões de trabalho em grupo e individuais. Muito embora este recurso didático, de maneira isolada, muitas vezes não atingem os objetivos do Ensino de História³¹. Vale salientar ainda, que o livro didático é produzido por indivíduos ou grupos que perpetuam sua forma de pensar e agir e, conseqüentemente, suas identidades culturais e tradições, sendo evidentes as relações de representações em que se misturam os interesses públicos e privados.

A proposta político-pedagógica das escolas, assim como as aulas ministradas pelos professores, deve estar articulada à realidade do alunado, relacionando os conteúdos escolares como a vida cotidiana. Trata-se de uma condição importante para que os alunos possam se reconhecer como parte dessa cultura e construir identidades afirmativas o que, também, pode levá-los a atuar sobre a sua realidade e transformá-la com base na maior compreensão que adquirem sobre ela. Muito embora, alguns livros didáticos não trabalhem a História local, não oportunizando tal relação de identidade entre o aluno e o conteúdo abordado no livro didático.

Um dos objetivos do ensino de História é o pensar historicamente, (OLIVEIRA, 2010, p. 19). Assim, o Ensino de História deve ser entendido como condição para que o aluno possa participar do processo de fazer histórico, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes da importância e participação social. É importante destacar que o livro didático deveria apresenta-se como um instrumento para promover este pensar por meio de conteúdos e abordagens apresentadas pelos autores e analisados pelo PNLD. Porém, estes objetivos não serão alcançados se os alunos não conseguirem se reconhecer como sujeitos históricos e nem entender, por dificuldade de interpretação de texto ou pela falta de inteligibilidade, os conceitos históricos neste material.

³⁰ O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é responsável por captar e distribuir recursos financeiros a vários programas do Ensino Fundamental. Ao financiar e executar esses programas, o FNDE reforça a educação de milhões de crianças brasileiras diretamente beneficiadas por ele.

³¹ Segundo as DCN, um dos principais objetivos do Ensino de História é a formação cidadã.

Desta forma, tornar os conceitos Históricos apresentados nos livros didáticos inteligíveis é indispensável para a construção do conhecimento histórico uma vez que a História trabalha com conceitos próprios e conceitos gerais, produzidos pela experiência humana. “É impossível dizer que alguma coisa é, sem dizer o que ela é. A reflexão sobre os fatos implica a evocação de conceitos” (SCHLEGEL, apud PROST, 2015, p. 115). Ao ministrar a disciplina, o professor deve privilegiar o desenvolvimento de habilidades pertinentes a conceitos das ciências humanas, visto que o aluno da Educação Básica precisa estruturar e desenvolver conteúdos e noções elementares do pensar historicamente. Para tanto, o ensino de história precisa ser significativo, estimulante e oferecer meios para que o aluno seja capaz de estabelecer ligações entre o que é estudado nos livros e em sala de aula com seu cotidiano e universo de interesses.

As problemáticas que se apresentam neste trabalho são: Como se alcançar os objetivos propostos para o Ensino de História a partir da inteligibilidade dos conceitos históricos apresentados nos livros didáticos? Como contribuir para o desenvolvimento crítico argumentativo do jovem de formas a promover a construção do Conhecimento Histórico? Como oportunizar o processo de formação cidadã? Para uma educação que se propõe a formar cidadão críticos e atuantes, a escola precisa proporcionar para os alunos Educação Básica um meio de perceber-se como parte integrante do mundo, a partir da interpretação dos conceitos que estão presentes no livro didático. Da mesma forma que precisa fornecer instrumentos para que o aluno seja protagonista de sua vida e possa construir conhecimento.

De acordo com as DCN, é tarefa da escola criar situações que provoquem nos estudantes a necessidade e o desejo de pesquisar e experimentar situações de aprendizagem como conquista individual e coletiva, a partir do contexto o particular e local, em elo com o geral e transnacional. Assim, a proposta político-pedagógica das escolas, assim como as aulas ministradas pelos professores, deve estar articulada à realidade do seu alunado para que a comunidade escolar venha a conhecer melhor e valorizar a cultura local, relacionando os conteúdos escolares como a vida cotidiana, as vivências e expectativas do público jovem que frequenta a Educação básica na atualidade.

OS CONCEITOS

Os conceitos históricos podem ser entendidos como termos ou expressões que não pertencem a qualquer outro vocabulário. Eles são instrumentos com os quais o historiador procura consolidar e organizar a realidade, levando o passado e exprimir sua especificidade e suas significações. Um conceito histórico inclui por si só uma pluralidade de significações e experiências.

Os conceitos da História (...) são constituídos por uma série de generalizações sucessivas e definidos pela enumeração de certos números de traços pertinentes que têm a ver com a generalidade empírica, e não com a necessidade lógica. (PROST, 2015, p.119)

O conceito histórico atinge certa forma de generalidade por ser o resumo de várias observações que registram similitudes e identificam fenômenos recorrentes. A História exerce sua ação sobre os conceitos e é influenciada por eles. Assim, é impossível entender a História sem recorrer aos conceitos, os quais são ferramentas intelectuais indispensáveis para a construção do conhecimento histórico. De acordo com Prost, “explicá-los é sempre explicitá-los, desenvolvê-los, desdobrá-los” (PROST, 2015, p. 121). Eles, são mais que uma descrição resumida, são construídos pelo agrupamento de traços comuns ao mesmo fenômeno, muitas vezes, incorporam uma argumentação e referem-se a uma teoria, que por sua vez pode formar uma “rede conceitual”³².

Inevitavelmente, estudar História é fazer uso de conceitos Históricos e entender os processos históricos só se faz possível quando esses conceitos se tornam inteligíveis. Desta forma, o professor precisa procurar mecanismos para auxiliar no processo de entendimento ou explicação desses conceitos, quando o livro didático não o faz de forma satisfatória. Nessa perspectiva, devemos recorrer à pesquisa por recursos didáticos que auxiliem o professor em sala de aula.

PENSANDO EM NOVAS PROPOSTAS

Tendo como uma das propostas educacionais a formação cidadã para uma vida solidária e democrática, com visão crítica da realidade e espírito participativo, faz-se necessário para atingir este objetivo, mobilizar os alunos para refletir sobre o conhecimento histórico que é direcionado pela atuação do professor pautada pela metodologia e recursos didáticos.

³² Segundo PROST, os conceitos históricos, por serem abstratos e fazerem referência a uma teoria, formam uma rede conceitual que corresponde a um conjunto de termos inter-relacionados sob uma forma instável, seja de oposição, associação ou substituição.

Nessa perspectiva, é fundamental que escola e professores pensem na elaboração de propostas didático-pedagógica diferenciada que visem estimular a participação do alunado no processo de ensino-aprendizagem e que se proponham ao desenvolvimento crítico-argumentativo trabalhando os conceitos Históricos contidos nos livros didáticos visando à construção do conhecimento Histórico.

Tornar o Ensino de História significativo e fazer dos conceitos históricos trazidos nos livros didáticos inteligíveis para o alunado pode ser alcançado a partir do desenvolvimento de pesquisas que busquem alternativas por material didáticos pedagógicos complementares que visem aproximar a escola do universo do jovem do Ensino Fundamental. Para tanto, é necessário ter a devida preocupação em considerar os interesses dos alunos, os objetivos do Ensino de História, as políticas públicas, o currículo e planejamento escolar a fim de possibilitar o desenvolvimento de habilidades críticas, interpretativas e contextualizadas no processo de construção do conhecimento Histórico que, neste caso, pode ser favorecido a partir da introdução de recursos didático-pedagógicos complementares e diferenciado a partir da incorporação de novas práticas educacionais, sistematizando conhecimentos, de proporcionar oportunidades para a formação de conceitos e oportunizando o desenvolvimento do raciocínio abstrato, dentre outras.

UMA EDUCAÇÃO NOVA PARA UMA NOVA JUVENTUDE

A prática pedagógica faz parte de um processo intencional no qual tanto aluno como professores precisam ter claros seus objetivos para que a aprendizagem seja significativa. Para a melhoria no ensino de história faz se necessário que o professor defina uma concepção de história para que possa haver uma articulação entre teoria (saber) e metodologia (como fazer). Também é importante no processo ensino-aprendizagem o investimento em formação inicial e contínua dos professores, priorizando a prática pedagógica, compreendendo-a como potencializadora da construção do conhecimento histórico.

Qualquer proposta didático-pedagógica que tenha como finalidade tornar o ensino significativo para os educandos precisa mobilizá-los à participação. Assim sendo, propõem-se atividades que mobilizem os alunos com o intuito de construir o conhecimento Histórico a partir do trabalho com os conceitos trazidos nos livros didáticos. A intenção

não é criar uma proposta inovadora ou uma fórmula mágica de ensino-aprendizagem, mas mobilizar alunos e professores a efetuarem pequenas mudanças no fazer pedagógico. Seminários, júri simulado, exposição de fotos (com o acervo pessoal dos próprios alunos e seus familiares), vídeos feitos com celulares, entrevistas, música, teatro e outras atividades lúdicas podem ser mobilizadas como instrumentos pedagógicos para tornar os conceitos históricos inteligíveis, facilitando a compreensão e incentivando a participação dos alunos nas aulas, além de estabelecer uma conexão entre os conteúdos escolares e o cotidiano dos educandos, tornando assim, o ensino de História significativo.

O uso de ferramentas didáticas midiáticas também pode ser um importante elo entre o universo do aluno, o Ensino de História e a formação cidadã. Tendo em vista que a sociedade atual está inserida no mundo digital, a inclusão do aluno no ambiente virtual torna-se fundamental no processo de formação cidadã. Acreditando que a formação cidadão se faz a partir da apropriação crítica e criativa de todos os recursos técnicos dispostos em sociedade. Desta forma, trabalhando com os recursos tecnológico-midiáticos o professor estará também contribuindo para a formação de cidadãos críticos, analíticos e socialmente protagonistas.

O universo vivenciado pelo jovem do século XXI está inserido no mundo virtual através das séries, vídeos, jogos, redes sociais, entre outros onde o intenso contato com os meios de comunicação acabam produzindo impactos sociais que são refletidos em sala de aula. Por outro lado, os recursos midiáticos não se limitam ao entretenimento. Nossa sociedade está cada dia mais digital: no transporte público, nas agências bancárias, nas informações, comunicações e tantos outros. Por tanto, a apropriação dos recursos técnicos e virtuais são fundamentais para o amplo desenvolvimento da vida em sociedade.

A inclusão digital relacionada à cidadania pode ser observada também a partir de ações do Governo como a “Cidadania Digital” especificada no site do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão,³³ que condiciona o acesso aos serviços públicos digitais à Plataforma de Cidadania Digital como sendo o “canal único e integrado para a disponibilização de informações, solicitação eletrônica e acompanhamento de serviços”.

Não podemos esquecer que esta mobilização e transformação no contexto educacional passam por incentivo à qualificação profissional do professor e pela busca por uma melhoria do Ensino de História. Uma dessas políticas educacionais é o Mestrado

³³ Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/cidadaniadigital>>. Acesso em 29 set. 2017.

Profissional em Ensino de História - ProfHistória que é um programa de pós-graduação *stricto sensu* em formato semipresencial em Ensino de História, reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação. Este programa tem por objetivo proporcionar formação continuada aos docentes de História da Educação Básica, com o objetivo de dar qualificação certificada para o exercício da profissão, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino.

O programa de pós-graduação com ênfase em Ensino de História surge no cenário nacional a partir da necessidade de se pensar a respeito do ensino escolar, considerando seus saberes e práticas, assim como sua relação com o conhecimento produzido da academia. Ele procura dar entendimento as várias formas de ensinar e aprender história que muitas vezes colocam-se distantes uma da outra. O ProfHistória propicia a reflexão e a produção acadêmica voltada para o ensino da disciplina na Educação Básica, reduzindo o abismo entre o escrever e o ensinar história.

PALAVRAS FINAIS

Acreditamos que a formação cidadã será alcançada quando nossa sociedade puder dispor de uma educação de qualidade. Esta precisa está pautada em três pilares de fundamentação: qualificação profissional, políticas públicas e novas metodologias de ensino-aprendizagem. Entendemos que a cidadania é um processo de construção que só será possível no momento em que tivermos investimento em qualificação dos professores e recursos didático-pedagógicos diferenciados oportunizados por políticas públicas que possibilitem o pleno desenvolvimento da capacidade crítica e do protagonismo do alunado e subsidiem o trabalho dos profissionais da educação. Através do ensino significativo e do Ensino de História, neste caso favorecidos pelo estudo dos conceitos históricos trazidos nos livros didáticos e trabalhados com o auxílio do professor em sala de aula o jovem poderá associá-los as suas vidas e atuar de forma crítica e participativa em sociedade.

BIBLIOGRAFIA

APPprova. Disponível em: <http://approva.com.br/2016/05/23/base-nacional-comum-curricular/>. Acesso em: 24 de jan. 2017.
BITTENCOUR, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. Cap. 2, 3, p. 193-350.
Blogger. Disponível em: http://reformasdeensino.blogspot.com.br/2014/07/lei-569271-principais-caracteristicas-e_65.html. Acesso em: 30 de jan. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Brasília. 2013.

BRODBECK, Marta de Souza Lima. **Vivendo a História: metodologia de ensino de história**. Curitiba: Base Editorial, 2012.

CARIE, Nayara Silva de. **Avaliações de coleções didáticas de história de 5ª a 8ª série do ensino fundamental: um contraste entre os critérios avaliativos dos professores e do programa nacional do livro didático**. 2008. 139 f. (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. MG. 2008.

CARMO, E. F.; NASCIMENTO, S. C. G. O índio e o negro nos livros didáticos de sociologia adotados no PNLD. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais - RBHCS**, v. 7, n. 14, p. 226-245, Dezembro 2015.

DELGADO, A. F.; MAYNARD, D. **O elefante na sala de aula: usos de sites nos livros didáticos de História do PNLD 2012**. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 32, n. 2, p. 582-613, maio/ago. 2015.

Educacional. Disponível em: http://www.educacional.com.br/legislacao/leg_viii.asp. Acesso em: 24 de jan. 2017.

FEDERAL, G. FNDE/Apresentação. **FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao>. Acesso em: 17 Setembro 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O Ensino de História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. **Manguinhos - História, Ciências, Saúde**. Rio de Janeiro, vol. 19, n. 2, abril-junho, 2012.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papyrus, 1993.

FREITAS, Itamar. Reformas educacionais e os currículos nacionais para o Ensino de História no Brasil Republicano (1931/2009). **Caderno de História da Educação**. v. 12, 1 - jan./jun. 2013.

INEP. Disponível em: <http://sitio.educacenso.inep.gov.br/web/saeb/parametros-curriculares-nacionais>. Acesso em 24 de jan. 2017.

LIMA, E. G. **A constituição dos sujeitos e a formação dos conhecimentos: pontuações a cerca da pesquisa sobre o livro didático de História**. *Estudos RBEP*, Brasília, v. 94, n. 236, p. 232-248, jan./abril. 2013.

Ministério da Educação, Fundação CAPS. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia/profhistoria>. Acesso em: 17 de jan. 2017.

_____. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>. Acesso em: 24 de jan. 2017.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/cidadaniadigital>. Acesso em 29 set. 2017.

MIRANDA, S. R.; LUCA, T. R. D. **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

OLIVEIRA, M. M. D. D. **História: Coleção Explorando o Ensino**. Brasília: Ministério da Educação, v. 21, 2010.

_____. Múltiplas vozes da construção do PNLD. In: GATTI JÚNIOR, Décio; FONSECA, Selva Guimarães (Orgs.) **Perspectivas do Ensino de História: ensino, cidadania e consciência histórica**. Uberlândia/MG: EDUFU, 2011, v., p.351-360.

Portal Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/aceso-a-educacao>. Acesso em 28 set. 2017.

PAULILO, A. L. Os modos de enunciação nos Manuais de Ensino para professores de História. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 283-302, jul./dez. 2010.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte. 2 ed. Autêntica. 2015.

ROCHA, H. A.; CAIMI, F. E. A(s) história(s) contada(s) no livro didático hoje: entre o nacional e o mundial. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 125-147, 2014.

VENERA, R. A. S. O funcionamento de tipologias discursivas em livros didáticos de história. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 01, p. 121-150, março 2013.